

A INSERÇÃO DE CRIANÇAS MIGRANTES NO CONTEXTO DA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DOS/AS PROFESSORES/AS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Luana Maris Borri¹

Rosânia Campos²

RESUMO

O aumento dos processos migratórios nas últimas décadas vem chamando atenção, tornando necessários discutir temáticas voltadas às pessoas inseridas nestes contextos, especialmente as crianças. O presente trabalho tem como objetivo discutir a inserção de crianças migrantes haitianas no contexto da escola sob a perspectiva dos/as professores/as. Este trabalho integra os resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Migração internacional e formação de professores: a inserção das crianças haitianas em uma escola pública brasileira”, sendo apresentados ao longo do texto uma das categorias da análise da pesquisa. Foi realizada uma pesquisa exploratória de campo utilizando como instrumentos de pesquisa questionários e entrevistas virtuais. O questionário foi enviado para 6 profissionais de uma instituição que possui crianças migrantes matriculadas e as entrevistas realizadas com 3 professoras que atuam com crianças migrantes haitianas no momento. Os dados foram tabulados e posteriormente analisados a partir da Teoria Histórico-Cultural, apresentando os seguintes resultados: a) a barreira linguística é pontuada como um dos principais desafios da inserção das crianças migrantes haitianas; b) as questões ético-raciais são silenciadas nesse processo de inserção; c) responsabilidade de como acolher a criança acaba ficando restrita à instituição escolar e especificamente aos professores, que tem que buscar alternativas para trabalhar o processo de ensino-aprendizagem dessa criança sem nenhum tipo de suporte específico por meio das políticas públicas.

Palavras chaves: Psicologia Histórico-Cultural; Políticas Públicas; Processos migratórios; Crianças.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a inserção de crianças migrantes³ haitianas no contexto da escola sob a perspectiva dos/as professores/as. Este trabalho integra os resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Migração

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, luanamarisborri21@gmail.com.

² Doutora em Educação, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), zana.c2001@gmail.com.

³ Optou-se pelo uso do termo migrante no lugar de imigrante e de migração ao invés de imigração, pois conforme indicações de Cogo e Souza (2013), a modificação do uso do termo permite compreender a complexidade do processo existente. Entretanto, algumas citações utilizando as palavras imigrantes e imigração serão mantidas para respeitar a integralidade das obras estudadas.

internacional e formação de professores: a inserção das crianças haitianas em uma escola pública brasileira”, sendo apresentados ao longo do texto uma das categorias da análise da pesquisa.

Ao considerarmos a categoria infância, ressaltamos a importância de compreender que o desenvolvimento humano não é um processo endógeno, linear e independente das relações sociais; pelo contrário, o desenvolvimento humano está intimamente relacionado com a aprendizagem, que por sua vez ocorre nas e pelas relações humanas. Desse modo, é importante compreender que o “traço fundamental do psiquismo humano é que este se desenvolve por meio da atividade social, a qual, por sua vez, tem como traço principal a mediação por meio de instrumentos que se interpõem entre o sujeito e o objeto de sua atividade” (FACCI, 2004, p. 65). Assim, a inserção da criança em espaços educativos não implica apenas em sua apropriação de conteúdo, mas também é parte fundante do desenvolvimento de seu psiquismo. Essa condição humana torna as investigações em ambientes educativos relevantes e necessárias.

Após a intensificação dos movimentos de migrantes internacionais a lei de migração foi alterada no Brasil, uma vez que antes dessa modificação estava em vigor o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), trazendo os direitos e deveres do estrangeiro, considerando o migrante como ameaça e restringindo as ferramentas de entrada no país. Assim, em 24 de maio de 2017, foi promulgada a atual Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017), pautada na proteção de direitos humanos no processo das migrações, reforçando a proteção constitucional da dignidade humana (BRASIL, 2017).

Entretanto, as mudanças legais não repercutem diretamente nos processos sociais cotidianos, de modo que procuramos neste estudo ir além do aparente, isto é, dito de outro modo, buscamos realizar reflexões justamente sobre o processo de acolhida de migrantes haitianos. De modo especial, nossa atenção é dirigida em como as crianças são inseridas na educação, sendo necessário refletir sobre como os professores/as compreendem esse processo, dentre outros aspectos, como ocorre a inserção nas instituições educativas? Qual ou quais possibilidades curriculares existem para a diversidade no cotidiano escolar? Como a diversidade cultural é compreendida? Ou, a diversidade cultural é considerada no cotidiano da educação? E ainda, como o racismo é discutido no cotidiano das instituições? Ou não é discutido, não é considerado?

Ao buscar compreender essa realidade e atender ao objetivo geral, realizamos uma pesquisa exploratória de campo utilizando como instrumentos de pesquisa questionários e entrevistas virtuais com professores de uma instituição da região nordeste de Santa Catarina. Enviamos questionários para todos os profissionais da instituição, totalizando 15 professores/as, sendo que obtivemos respostas apenas de seis questionários, conforme apresentação dos nomes fictícios escolhidos pelas próprias participantes: Joice (43 anos), Renata (37 anos), Marcia (46 anos), Lírio (37 anos), Eli (51 anos) e Flávia (39 anos). No que se refere às entrevistas, entramos em contato com todas as professoras que possuem crianças haitianas em suas turmas atualmente, totalizando 10 professoras, sendo que apenas três realizaram as entrevistas: Joice, Lírio e Flávia. Os dados foram tabulados e posteriormente analisados a partir da Teoria Histórico-Cultural, sendo que os resultados foram organizados em quatro categorias de análises, porém, neste trabalho iremos discutir apenas o tópico: A inserção da criança haitiana no contexto da escola sob a perspectiva dos professores/as.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao buscar compreender a inserção das crianças haitianas nas escolas, perguntamos aos professores por meio do questionário: Como ocorre a inserção das crianças haitianas no cotidiano escolar? A professora Lírio pontua que “elas são matriculadas como qualquer outra criança”, reforçando que a matrícula é realizada do mesmo modo, sem muitas compreensões sobre as especificidades das crianças haitianas. Flávia apresenta “elas estão se esforçando para se adaptar assim como nós”. É perceptível o caminho que crianças e professoras estão trilhando juntas, mas ao considerar a função da escola, a responsabilidade do adulto nos inquietam essas falas; pois nos parecem um trilhar solitário e ligado a “boa vontade” do professor/a.

Nessa perspectiva a professora Joice comenta, que a inserção é muito lenta, e ocorre: “Com o professor tentando adivinhar de que forma vai integrar o aluno na sala, na maioria das vezes com a ajuda de outros alunos haitianos” (grifos nossos).

Ao se deparar com esse exercício, que como indicamos, nos aparece solitário, as professoras e direção desenvolvem estratégias para auxiliá-las e auxiliar as

crianças como explica professora Renata quando afirma: “Preparamos o ambiente na língua deles através de placas e também bastante conversas com os demais alunos sobre a cultura dos haitianos, incluindo os haitianos nas atividades normais da escola” (grifos nossos).

Mas, as próprias professoras entendem que isso não é suficiente, que o ocorre é uma entrada em um ambiente totalmente diferente, com demandas estranhas para as crianças e para as professoras, somando ainda a dificuldade da língua. Como relata professora Flávia:

Ano passado eu recebi os alunos e a N., eu não sabia se era menino ou se era menina. Eu vi na listagem e se falava N. como tava na chamadinha, ela falou que a pronúncia era diferente, demorou um pouquinho para ela ter a reação de informar. Daí, pelas características físicas dela eu percebi que ela não era daqui, que ela era negra e que era de fora (grifos nossos).

Essa fala indica os desafios e ao mesmo tempo como a raça se antepõe à criança, “era negra”, e como outras deveria ser de fora. Observamos essa fala com cuidado, pois não queremos aqui desfazer todos os esforços das professoras e da direção, nem tão pouco falar do racismo ainda fortemente mediador das nossas relações. Antes, nos atentamos para as falas observando o como ainda estão ausentes políticas públicas para se pensar uma escola com um currículo antirracista. Nesse sentido, Onofre (2008, p. 105) destaca:

Não dá mais para fingir que determinados conteúdos extracurriculares não precisam ser contemplados também no chamado “currículo tradicional”. Os saberes escolares transmitidos aos educandos em processo de escolarização nada mais são que uma ideologia pautada num currículo conservador e estagnado. Esse processo meramente instrucional, que perdura até os dias atuais, impossibilita que outros saberes sejam acrescidos ao currículo.

Na fala da professora Joice, nos parece que essas reivindicações apontadas por Onofre (2008), isto é, a necessidade de se avançar nos currículos, indo além de datas comemorativas e ignorar as diversidades cultural e étnica, são também pauta das professoras, como podemos observar:

A questão maior que a gente briga nos conselhos de classe, que a gente briga nas reuniões, é realmente alguém para apoiar a gente nesse momento que eles chegam, é porque a gente faz do jeito da gente, a gente não sabe se tá fazendo correto ou não, a gente não fez nenhum curso para trabalhar com as crianças que vem de fora, não só as haitianas, mas qualquer criança que venha de outro país, como venezuelanas e paraguaias.

Esta ausência de apoio para pensarem, construírem e efetivarem um outro

currículo, fala recorrente entre as professoras, é discutido na perspectiva de que, quando falam de suporte, apoio não se referem a outros sujeitos fazendo suas atividades, mas como relataram, por vezes, questões que permitem novas reflexões já são de grande auxílio. Isto foi observado no relato sobre o desenvolvimento de um projeto intitulado “O Haiti é aqui”, desenvolvido por alunas de uma turma de magistério de uma escola pública da cidade vizinha.

Ainda que tenha sido uma ação pontual, a professora Lírio afirma que,

Depois da reunião, um grupo de professores que já trabalha em um projeto com eles, deram dicas de que é pra deixar eles mais juntos, essas coisas. Daí a J. tem feito mais isso na secretaria, tem deixado eles mais juntos. Antes, eu acho que a gente pensava mais de que poderia ser preconceito deixar todo mundo junto, aí meio que separava, ficando várias pessoas em várias partes, mas agora os professores falam que estão deixando eles juntos, aí eles se ajudam, quem tem mais facilidade ajuda o amigo que não tem.

Essa fala indica outro aspecto central: na busca de pensar um currículo não racista, as ações acabam negando a etnia das crianças. Ou seja, se faz de conta que são todas iguais, e não avançam por exemplo, na inclusão dos estudos sobre a história do povo negro, novas reflexões para superar a lógica de que eram escravos e que depois da abolição tudo mudou, e todos tiveram os mesmos direitos. É necessário repensar, estudar, refletir e tomar a própria história olhando as resistências dessa etnia, a realidade de sua escravização, não eram escravos, antes foram escravizados, isto ainda que pareça uma diferença tênue, é muito grande na compreensão da construção do preconceito no país.

Essas limitações são observadas também pela professora Lírio que observa que a inserção das crianças haitianas ocorre de modo que: “são bem-vindas mas mal incluídas no todo”. Joice relata que “na maioria das vezes, demoram a integrar-se principalmente por não entender nosso idioma e nós não os entendemos”. Renata reforça que as crianças haitianas: “interagem entre si e com os demais alunos da escola. A dificuldade deles é no começo de interpretar nossa língua”. Além disso, Márcia considera que são: “um pouco retraídas por conta da barreira linguística”. Dois aspectos chamam atenção nessas falas, a observação de que as crianças interagem entre si, e que a língua é o grande desafio para melhorar a integração no cotidiano escolar. Desse modo, a professora Joice observa:

Então, essa é a maior dificuldade hoje quando a gente recebe um aluno que vem diretamente do Haiti, é a comunicação, é o acolhimento, eles ficam um pouquinho mais de lado, fica um pouquinho mais no canto, por não saber, por

não conseguir se comunicar com as outras crianças e com a gente também.

Assim, como indicamos, as professoras pontuam que um dos principais desafios em relação à inserção das crianças haitianas na escola é a linguagem. Mas como essas crianças se comunicam inicialmente? Ao se interrogar qual a língua que as crianças usam ao entrarem na escola, as professoras indicam que é o crioulo e o francês. E, para as professoras elas deveriam receber, pelo menos, algum conhecimento dessas línguas para iniciar o contato.

Ao considerar a falta de uma língua comum, ou próxima para estabelecer comunicação questionamos como ocorrem as mediações na escola, as interações junto às crianças. Três professoras relataram que se comunicam por gestos, imagens e expressões com as crianças, duas relataram que se comunicam através de outras crianças que já dominam o português e uma professora apresenta que utiliza algumas palavras, além de gestos, imagens e expressões. Ao pensarmos sobre essas estratégias de novo pensamos na importância de políticas públicas e de espaços de reflexões, tendo em vista que a própria monitoria de outras crianças haitianas que já dominam o português seria uma importante estratégia de integração e de auxílio para as professoras.

A questão da língua, a falta de mediações e o que isso resulta nas interações são detalhadas pelas professoras, como relata Lírio: “às vezes você quer falar nem que seja alguma coisa básica, um pedido ou senta aqui, você não sabe e tem que fazer meio que gestos, se não tiver outra língua, como eu falei pra criança entender. É bem difícil” (grifos nossos).

A professora Joice comenta:

no início a gente recebe, às vezes recebe os que já estavam aqui no Brasil e que estiveram em outras escolas, aí pra gente se torna fácil, porque ela já vem com uma linguagem um pouco mais desenvolvida. Mas a gente recebe bastante alunos que vêm direto do Haiti para nossa escola e com isso a gente sente bastante dificuldade, bastante dificuldade no acolhimento, porque a gente não tem uma equipe para acolher eles, e também a gente sente bastante dificuldade na língua, na linguagem, na comunicação porque normalmente a gente não entende o que eles falam e eles não entendem a gente.

Ressalta-se que em poucos momentos as professoras apresentam as questões étnico-raciais quando se referem às crianças haitianas nos questionários e entrevistas. Assim, apesar da comunicação ser um dos fatores predominantes quando se estabelece relação da criança haitiana na escola, suas características físicas,

principalmente sua raça, não passam despercebidas nessa inserção escolar, apenas é um fator silenciado nesse processo de compreensão da criança haitiana no contexto educacional. Estes aspectos são evidenciados nas falas como da professora Flávia durante a entrevista, no qual narra a inserção de uma das crianças:

A T. também vi na chamada, quando vi na sala, percebi que era menina negra, e até então normal, porque eu já tive e não tive problema nenhum, mas a questão foi a roda de conversa, que ela não estava compreendendo as histórias, as brincadeiras, se ela ver alguém fazer, o visual, ela vai e faz igual, mas pelo oral é bem difícil. Daí a gente começou a sondar ela, fazer as perguntas da vida cotidiana dela, daí ela não conseguiu responder para a gente, as questões que qualquer criança responderia, então ela é uma criança normal, ela tem toda a aprendizagem visual, mas ao meu perceber é a comunicação, ela não consegue me compreender, ela é muito alegre, muito brincalhona, quer brincar com todo mundo (grifos nossos).

Interessante observar a fala, é uma criança negra e normal, já tive. Então de algum modo, a fala parece evidenciar que o fato de ser negra, também exige outro tipo de inserção, ou se essa característica já remete a outras concepções da professora. E nesse sentido, a professora Joice diz:

Mas, o que mais impressiona eles talvez seja a fala deles, o idioma, porque a questão da cor, lógico é uma questão que a gente enfrenta todos os dias na escola, mesmo com os nossos alunos aqui brasileiros nosso da região, mas a questão deles não falar o nosso idioma pra eles é diferente e talvez por eles não saberem se comunicar se torna um motivo de deboche, motivo de risos, alguma coisa nesse sentido.

Assim, nos parece que, apesar da língua ser apontada como a grande impeditiva da inserção das crianças, a questão racial também aparece. Mas, o mito da democracia racial é mais forte, como observamos na fala da professora Flávia que comenta:

a questão da cor da pele, serem negros, eu não sinto diferença com as crianças, com as crianças eu não percebo isso [...]. Até porque na sala a gente tem bastante mistura hoje, de cultura, de raça, tem crianças bem branquinhas, ruivas, então é uma diversidade muito grande, e eu não sinto diferença nenhuma.

Conforme Ferreira (2019, p. 467)

A democracia racial brasileira, alardeada por anos, assevera a ideia de que as relações de raça seriam harmoniosas. Muitos defendem que o critério racial jamais foi relevante para definir as chances de qualquer pessoa no país. No entanto, a vergonha do brasileiro de demonstrar o próprio preconceito não significa que a discriminação racial não exista, e ainda dificulta o combate ao racismo, por inibir discussões abertas sobre o tema.

Essa aparente harmonia, muitas vezes impedem que realmente sejam discutidas e tensionadas as questões raciais, considerando que em nossa pesquisa esse aspecto só apareceu a partir das entrevistas, a partir de perguntas direcionadas às relações étnico-raciais. Assim, a negação de demonstrar o próprio preconceito é evidenciada na fala de Flávia quando observa: “Eu percebo que a família é bem caprichosa, a roupinha é bem branquinha, sempre cheirosos, de banho tomado, cabelo sempre arrumado”.

Questionamos sobre como ocorreram essas situações de discriminação e preconceito, a professora Joice pontua que

os alunos da escola já estão acostumados a recebê-los. Porém um aluno novo, quando chegou, quis constranger a aluna, por não saber nosso idioma. Mas um dos alunos a defendeu na própria sala de aula. A partir daí eu intervi, falando da dificuldade dela em estar no nosso meio. Se pra ele que entendia nosso idioma, só o fato de trocar de cidade, escola, amigos, professores, já se tornara difícil. Fizemos uma reflexão sobre o fato.

Além disso, a professora Lírio apresenta que: “Percebo que quando vou trabalhar em dupla ou equipe, eles são excluídos e tenho que pedir permissão para eles entrarem em algum grupo”.

A vivência de preconceito e discriminação estão vinculadas ao próprio conceito de normalidade na sociedade, como relatado pela professora Joice:

A gente percebe sim, é natural da criança é delas muitas vezes, claro isso não é regra, a gente encontra uma ou outra que acaba fazendo isso não só com as haitianas e com os haitianos, mas também com qualquer outra que ela considera diferente dela, ou seja, diferente do que a sociedade prega como normal.

Essa naturalização de algumas situações também aparece no relato da professora Lírio:

Mas no geral acho que a gente não tem preconceito, os professores fazem o possível. A gente está aprendendo, agora o que fazer a gente fica meio perdido também, mas com os professores eu sinto que acolhem bem, fazem o que podem, mas é um processo natural deles de se proteger, de ajudar um ao outro quando eles ficam mais em grupos (grifos nossos).

Considerando o pensamento de Klein e Silva (2012), essa compreensão de normalidade é realizada em determinado contexto histórico-cultural e permeada pelas relações de poder existentes. Assim, essa normalidade não é algo “natural”, mas sim uma construção que delimita padrões a partir do olhar de quem possui certo domínio

social através das relações de interesses mantidas na sociedade.

As professoras não visualizam situações de preconceito por parte da equipe, reforçando a busca de construir um melhor acolhimento das crianças haitianas, conforme relato da professora Lírio:

É, na equipe eu não vejo nenhum preconceito, como eu falei enquanto dos professores e de qualquer funcionário tratam muito bem. Desde a chegada a J. tenta fazer o melhor que pode para deixar liberado na idade. A escola em si tenta acolher como pode, mas como a diretora, ela quis chamar esse grupo para ajudar a gente a melhorar nessa parte, essa comunidade, muita gente de lá, e a gente quer melhorar nessa parte para atendê-los melhor. Tem muito trabalho pela frente, é o interesse nosso também de aprender um pouquinho da língua deles para se comunicar um pouquinho melhor com as pessoas daqui, é muita coisa ainda, traduzida nos pontos, mas falta muita coisa ainda (grifos nossos).

A escola busca algumas estratégias para trabalhar a questão do preconceito, quando percebido na escola, utilizando principalmente da conversa e da reflexão, como evidenciado pela professora Joice:

Acontece assim na escola, volta e meia, os professores e a própria direção, com a previsão tem que estar chamando as crianças para conversar, tem que fazer esse trabalho de conversa de reflexão, pra eles poderem entenderem, e de repente a outra criança que está chegando se sinta um pouco mais acolhida mais à vontade.

Apesar das aparentes buscas por diálogo e reflexão em relação às situações de preconceitos ocorridas nas escolas, elas aparecem de modo pontual e não possibilitando uma construção significativa de transformação na realidade social, sendo muitas vezes medidas paliativas e sem considerar a importância de trabalhar as próprias concepções dos sujeitos, justamente por focarem apenas nas práticas que são percebidas e não nos discursos hegemônicos que permeiam esses espaços.

Apesar dos vários desafios mencionados, existem diversas potencialidades diante desse processo de inserção, como a troca de conhecimento e a convivência com as diferenças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pontuações das professoras pesquisadas, a língua aparece como

uma das suas grandes problemáticas, sendo que muitas vezes não entendem que as crianças estão querendo e não conseguem explicar os conteúdos que estão sendo expostos devido à barreira linguística. Assim, torna-se central um processo voltado para adaptação da criança à realidade já posta, reforçando um olhar de que a criança será moldada para a cultura brasileira e a nossa língua.

Ressalta-se que em poucos momentos as professoras apresentam as questões étnico-raciais quando se referem às crianças haitianas nos questionários e entrevistas. Assim, apesar da comunicação ser um dos fatores predominantes quando se estabelece relação da criança haitiana na escola, suas características físicas, principalmente sua raça, não passam despercebidas nessa inserção escolar, apenas é um fator silenciado nesse processo de compreensão da criança haitiana no contexto educacional.

Ressalta-se que a responsabilidade de como acolher a criança acaba ficando restrita à instituição escolar e especificamente aos professores, que tem que buscar alternativas para trabalhar o processo de ensino-aprendizagem dessa criança sem nenhum tipo de suporte específico por meio das políticas públicas.

Retoma-se ainda mais a necessidade de investigar a inserção das crianças migrantes nos contextos educativos a partir de suas próprias narrativas, visando compreender suas vivências, elencando potencialidades e desafios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial**, Brasília, 2017.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, abril. 2004.

FERREIRA, Nara Torrecilha. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n.159, p.38-62, jan./mar. 2016.

KLEIN, Lígia Regina; SILVA, Graciela L. R. da. Quando o discurso da diferença desdenha a desigualdade: as armadilhas da inclusão. In: BARROCO, Sonia Mari Shima; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SILVA, Tânia dos Santos Alvares da (orgs.) **Educação Especial e teoria histórico cultural**: em defesa da humanização do homem. Maringá: EDUEM, 2012.

ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista. **Práxis Educacional**, v. 4, n. 4, p.103-122, jan./jun. 2008.

